

# *Propósito e estrutura do Quarto Paralogismo<sup>1</sup>*

*Silvia Altmann*  
UFRGS/CNPq

Na versão da primeira edição da *Crítica da razão pura* do Quarto Paralogismo, Kant apresenta uma crítica ao que ele chama de idealismo problemático, posição que sustenta a impossibilidade de termos certeza da existência das coisas materiais ou espaciais. Kant distingue, nessa crítica, dois sentidos de exterior ou externo a nós: “objetos *empiricamente externos*, que denominaremos diretamente coisas *que se encontram no espaço*, e aqueles que poderiam ser denominados externos em sentido transcendental” (A373).<sup>2</sup> Kant insiste que os objetos empiricamente externos são, tanto quanto os empiricamente internos, transcendentalmente internos e, como tais, representações.<sup>3</sup> Isso sugere que o termo equívoco identificado por Kant

---

1 O presente trabalho resulta de pesquisas que contaram com o apoio de uma bolsa de pesquisa do CNPq e de uma bolsa para missão de curta duração CAPES/DAAD. O resultado aqui apresentado é parcial, sendo parte de uma pesquisa maior ainda em andamento. Indicarei em notas algumas questões interligadas que não aprofundarei aqui, mas que ficam em aberto exigindo considerações adicionais. Foram decisivas, na elaboração deste texto, as discussões de versões prévias com Daniel Warren, Luigi Caranti, Pedro Rego, Antoine Grandjean, François Calori e João Carlos Brum Torres, aos quais agradeço imensamente e com quem espero continuar a colaboração. Agradeço também a contribuição e revisão de meus alunos em seminário de pesquisa, em especial a Gabriel Hickmann.

2 As citações da *Crítica da razão pura* são da tradução de Fernando Costa Mattos em Kant, I. (2012) e serão indicadas pela paginação das edições A e B.

3 “Agora, os objetos externos (os corpos) são meros fenômenos e, portanto, nada mais do que um tipo de minhas representações, cujos objetos só são algo por meio delas, e separados delas nada são. Assim, tanto

no caso do quarto paralogismo seria o termo “externo” e que uma “redução” dos objetos externos ao que é transcendentalmente interno é a base da crítica kantiana ao quarto paralogismo e de uma refutação do idealismo problemático na primeira edição da *Crítica da razão pura*. Creio que essas afirmações, dependendo de como são compreendidas, podem gerar alguns problemas de interpretação que procurarei indicar na primeira seção deste texto.

Nas seções seguintes, argumentarei em favor da leitura segundo a qual o propósito da crítica ao quarto paralogismo é bem mais modesto: a intenção de Kant era somente refutar *um fundamento específico* para a afirmação da impossibilidade de demonstrar a existência de objetos empiricamente externos, a saber, uma certa assimetria entre nosso acesso a nós mesmos como objeto do sentido interno e a objetos do sentido externo.<sup>4</sup> É possível que a refutação da tese segundo a qual a diferença entre percepção interna e externa implicaria a impossibilidade da demonstração da existência de objetos espaciais só possa contar como propriamente uma refutação do idealismo problemático sob outras suposições, entre elas, a dependência de nossas ficções em relação à percepção externa. Kant parece simplesmente supor essa dependência na primeira edição, mas que essa dependência seja simplesmente suposta no contexto da crítica ao quarto paralogismo não afeta o propósito específico dessa crítica.

Buscarei fundamentar essa leitura examinando a estrutura e o propósito dos paralogismos em geral e do quarto paralogismo em particular, procurando mostrar que, ao contrário do que parece à primeira vista, o quarto paralogismo na primeira edição tem, em sua essência, a mesma estrutura dos três primeiros e é equivalente à sua formulação na segunda edição da *Crítica*. Procurarei em seguida mostrar que, se considerarmos a estrutura do quarto paralogismo em seu contexto e similaridade com os demais, podemos perceber que o papel da distinção entre empiricamente externo e transcendentalmente externo não é essencial na crítica kantiana ao quarto paralogismo. Claro, evitar a confusão entre empiricamente externo e transcendentalmente externo é, veremos, relevante no contexto da crítica ao quarto paralogismo, pois o caráter

---

as coisas externas como eu mesmo existimos, e ambos, de fato, segundo o testemunho imediato de minha autoconsciência; com a diferença, unicamente, de que a representação de mim mesmo como sujeito pensante é referida apenas ao sentido interno, ao passo que as representações que designam seres extensos também se referem aos sentidos externos.” (A370-371)

4 Christian Klotz também sustenta esse propósito limitado da crítica ao quarto paralogismo na primeira edição (cf. Klotz, C. (2008)).

transcendentalmente interno dos objetos empiricamente externos foi sempre, para Kant, uma condição *necessária* da possibilidade da certeza da existência de objetos empiricamente externos. Mas isso não significa que ele tenha jamais pretendido que esse caráter transcendentalmente interno seja o fundamento suficiente para distingui-lo de um idealista material.<sup>5</sup>

### DIFICULDADES DO 4º PARALOGISMO COMO REFUTAÇÃO DO IDEALISMO<sup>6</sup>

Vejam em primeiro lugar algumas dificuldades em ver a crítica ao quarto paralogismo como permitindo, por si só, garantir a certeza da existência de objetos externos.

Kant afirma que o argumento da Refutação do Idealismo na segunda edição da *Crítica* é a seu ver a única prova rigorosa possível da “realidade objetiva da intuição externa” (BXXXIX). É claro que essa afirmação pode ser lida como um sinal de que Kant mudou de opinião sobre a eficácia de uma refutação oferecida antes na crítica ao quarto paralogismo, trecho que é de fato totalmente reformulado na segunda edição. No entanto, dado que Kant afirma que o acréscimo da seção da Refutação do Idealismo é uma ampliação “somente no modo de provar” (BXXXIX), é importante tentar fazer justiça a essa afirmação kantiana.<sup>7</sup>

5 A questão sobre se, de que modo, e com que eventuais complementações ou explicitações a crítica ao quarto paralogismo poderia ser vista como uma resposta adequada ao idealismo problemático é, como se sabe, bastante controversa na literatura sobre Kant (para uma pequena amostragem dessa controversia, cf. nota 17 abaixo). Esse ponto não será objeto de discussão neste artigo. Meu objetivo aqui será somente indicar que, na crítica ao quarto paralogismo na primeira edição, (i) Kant está supondo que nossas ficções dependem da percepção de objetos espaciais (sem que isso comprometa a argumentação em seu propósito específico) e (ii) o propósito da distinção entre dois sentidos de externo não é exatamente o de denunciar o caráter paralogístico do quarto paralogismo nem o de provar a certeza da existência dos objetos do sentido externo.

6 Vale adiantar que meu propósito ao apontar essas dificuldades não é, com isso, provar a interpretação a ser proposta em seguida, uma vez que é possível (e vários autores assim o fizeram) contornar essas dificuldades de outro modo. Minha intenção nessa seção preliminar (e da qual o que segue é independente) é somente apontar algumas tensões que, me parece, são melhor resolvidas se resistirmos a ver no apelo à distinção entre dois sentidos de externo o ponto central da crítica ao quarto paralogismo e de uma refutação do idealismo.

7 Como todas as dificuldades apontadas nessa primeira seção, é possível procurar explicar essa afirmação kantiana de outro modo. Luigi Caranti, por exemplo, que defende que o argumento kantiano mais poderoso como refutação do idealismo está na primeira versão da crítica ao quarto paralogismo e não em formulações posteriores, sugere que talvez Kant creia que o argumento da Refutação do Idealismo seja somente a única

Outra dificuldade em ler a crítica ao quarto paralogismo como prova da certeza da existência de objetos externos é que, com base somente no que Kant diz ser “o único texto da psicologia racional” (A343/B401) – a saber, a proposição “eu penso” tomada *problematicamente* (cf. A348/B406) – não é possível inferirmos a certeza da existência do que quer que seja. Essa constatação levou, por exemplo, Béatrice Longuenesse a apontar para uma das muitas alegadas assimetrias entre a consideração kantiana dos primeiros três e do quarto paralogismos, uma vez que, para termos uma refutação do idealismo, seria necessário considerar não a proposição “eu penso” tomada *problematicamente*, mas a proposição assertórica empírica “eu penso” (que já contém em si a proposição “eu existo”).<sup>8</sup> No entanto, vale observar que Kant não faz tais considerações na versão da primeira edição dos Paralogismos. A proposição empírica assertórica “eu existo como um ser pensante” só é objeto de consideração na *segunda edição* dos Paralogismos e *somente após* Kant ter concluído o que seria uma versão mais curta mas completa do tratamento de todos os quatro paralogismos. Seria necessário, é claro, examinar essa reformulação da segunda edição para ver se a nova discussão (sobre a proposição empírica assertórica “eu penso”) é ou não uma revisão ou correção do sustentado na primeira edição. Ainda assim, é conveniente pelo menos tentar ler todos os paralogismos levando a sério a afirmação kantiana, *retida na segunda edição*, segundo a qual o único texto da psicologia racional é a proposição “eu penso” tomada *problematicamente*. E, baseado nisso, não é possível provar a existência de nada.<sup>9</sup>

---

prova *rigorosa* (*stric* em inglês, *strengen* em alemão) no sentido de ser a única *reductio ad absurdum* possível do ceticismo (cf. Caranti, L. (2007), p. 124).

8 Cf. Longuenesse, B. (2008), p. 24.

9 É bem verdade que, mesmo aceitando que o Quarto Paralogismo considera somente a proposição “Eu penso” tomada *problematicamente*, isso por si só não exclui que o argumento ali apresentado possa ser *usado* para uma refutação do idealismo, e é isso que tem movido intérpretes a ler o argumento como uma refutação sem contrariar a afirmação kantiana sobre o único texto da psicologia racional. Afinal de contas, se esse argumento, baseado na mera consideração problemática do “eu penso”, tivesse provado que a certeza da existência de um pensamento implica imediatamente a mesma certeza quanto à existência dos corpos, então pareceria razoável dizer que poderíamos derivar daí, por mera instanciação dada pela consciência da minha existência como ser pensante, a certeza da existência dos corpos ou dos objetos do sentido externo. Ainda assim, o apelo a tal “instanciação do conceito de ser pensante atestada pela minha consciência” dependeria de previamente examinar criticamente a relação entre essa “instanciação existencial” na proposição empírica assertórica “eu existo como ser pensante” ou percepção indeterminada (B423 nota) e a proposição “Eu penso”

Uma pequena mas, a meu ver, relevante indicação textual de que Kant não pretendia ter provado a existência de objetos espaciais na crítica ao quarto paralogismo é sua observação sobre o *idealista dogmático*, que *nega* a existência da matéria (ao contrário do idealista problemático, que é simplesmente *cético* quanto à existência da matéria por negar sua demonstrabilidade) (cf. A377). Kant afirma que “com ele [o dogmático] não temos ainda de lidar” e que a próxima seção, sobre a razão em seu conflito interno, também ajudará a dissolver a dificuldade sobre as supostas contradições na possibilidade da matéria em geral, alegadas pelo idealismo dogmático como fundamento da sua negação da possibilidade da existência da matéria (A377). Ora, se Kant pretendesse já ter refutado o idealista problemático, que necessidade haveria ainda de ocupar-se do dogmático? Mais uma vez, esse ponto não é decisivo e poderia ser explicado de outro modo,<sup>10</sup> mas vale tê-lo em mente.

Creio que o ponto textual mais forte contra a leitura da crítica ao quarto paralogismo como uma refutação do idealismo é que as formulações de Kant aqui sugerem fortemente que ele está *supondo* a dependência de representações do sentido interno em relação ao externo:

Mas este material ou real, este algo que deve ser intuído no espaço, pressupõe necessariamente a percepção e não pode ser inventado ou produzido pela imaginação independentemente dela, que é quem indica a realidade de algo no espaço. (A373)

Para refutar o idealismo empírico [...] é já suficiente [...] que mesmo a invenção e o sonho, sem a percepção, não sejam possíveis; e que nossos sentidos externos, segundo os *dati*s de que pode surgir a experiência, tenham seu objeto real correspondente no espaço. (A376-7)

---

problematicamente tomada. Creio ser essa a razão para introdução, na versão da segunda edição da seção dos Paralogismos, dessas novas considerações sobre a proposição “Eu penso”, mas não creio que isso implique revisão kantiana sobre o que estava em questão no Quarto Paralogismo. Mostrar isso, contudo, dependeria de examinar a segunda versão dos Paralogismos, o que não é meu propósito aqui.

10 Poderíamos talvez dizer que o idealista dogmático já estaria refutado aqui (com o argumento da crítica ao quarto paralogismo) com base na refutação do idealista problemático, e a ajuda a ser oferecida pela seção seguinte diria respeito unicamente a mostrar por que as contradições alegadas pelo idealista dogmático são meramente aparentes.

Alguns autores procuraram ver nessas passagens um argumento extremamente compacto<sup>11</sup> ou, digamos, entimemático<sup>12</sup>. No entanto, o fato é que Kant faz essas afirmações sem oferecer qualquer argumento explícito para elas,<sup>13</sup> o que sugere que Kant as está *supondo*. É claro que, como já mencionado, diferentes leituras procuram acomodar essas afirmações e ainda assim ver na crítica ao quarto paralogismo uma pretendida refutação que não dependeria dessas afirmações como suposições.<sup>14</sup> Minha sugestão, contudo, é que testemos a leitura à primeira vista mais natural, segundo a qual Kant está aqui supondo que ficções e imaginação dependem da percepção de coisas existentes no espaço, e vejamos que papel tais suposições,

---

11 Cf. Beiser, F. (2002).

12 Para Luigi Caranti, por exemplo, é central considerar em mais detalhe a segunda passagem acima: “Para refutar o idealismo empírico [...] é já suficiente: que a percepção externa prove imediatamente uma realidade no espaço, o qual, embora sendo apenas, em si, uma mera forma das representações, possui realidade objetiva em relação a todos os fenômenos externos (que, por seu turno, também não são nada além de meras representações); e, do mesmo modo, que mesmo a invenção e o sonho, sem a percepção, não sejam possíveis; e que nossos sentidos externos, segundo os *datis* de que pode surgir a experiência, tenham seu objeto real correspondente no espaço.” (A376-7). Segundo este intérprete, a citação contém dois argumentos apresentados por Kant como cada um suficiente por si só (o que seria indicado expressão “do mesmo modo” na citação). O primeiro argumento pretenderia provar a imediatidade da percepção externa com base no caráter transcendental da representação do espaço. Tal argumento, por si só, não responderia satisfatoriamente ao desafio da possibilidade de uma faculdade oculta ser responsável pelas representações espaciais. Essa deficiência, contudo, não seria sanada pela simples afirmação (ou mesmo prova) da dependência das representações do sentido interno em relação às do externo, e Caranti procura oferecer uma resposta kantiana a essa dificuldade a partir de uma certa compreensão sobre a ilegitimidade de considerações sobre as coisas em si mesmas (cf. Caranti, L. (2007), em especial pp. 80-81 e 97-105). O que gostaria de observar (e voltarei a esse ponto no final) é que, pelo menos à primeira vista, as passagens não só não parecem oferecer um argumento contra a possibilidade de uma faculdade oculta, mas sequer uma justificativa para afirmação de que a imaginação, tal como a conhecemos, não é capaz de produzir por si só a representação de algo real no espaço. Se bem compreendo, para Caranti o primeiro argumento, baseado no espaço como forma a priori da sensibilidade, seria suficiente para justificar essa tese, mas não me interessará, contudo, discutir esse ponto aqui. Meu propósito será tão somente indicar que, para os propósitos da crítica ao quarto paralogismo, Kant pode fazer as afirmações acima sem oferecer justificativa.

13 Como bem observa, por exemplo, Pedro Rego, que considera isso um sinal da fraqueza da refutação do idealismo no Quarto Paralogismo (cf. Rego, P. (2013), pp. 337-340).

14 Vendo aqui uma argumentação kantiana fraca (Rego, P. (2013)), ou considerações a serem complementadas (Caranti, L. (2007)).

tomadas como suposições (isto é, sem justificativa aqui), poderiam ter no argumento kantiano ao criticar o quarto paralogismo.

Tendo visto alguns indicativos para questionar a pertinência de ler a crítica ao quarto paralogismo como refutação do idealismo (e não só de um suposto fundamento dele), vejamos agora algumas dificuldades em tomar a distinção entre empiricamente externo e transcendentemente externo como a base da denúncia do caráter equívoco do termo médio do quarto paralogismo e da prova da certeza da existência dos objetos externos.

Em primeiro lugar, essa leitura dificulta percebermos de que modo o quarto paralogismo partilha estrutura e erro comuns aos demais três paralogismos.<sup>15</sup> Além disso, ela torna difícil ver de que modo Kant poderia pretender que as diferenças de reformulação na segunda edição fossem somente diferenças no modo de exposição, uma vez que a versão do quarto paralogismo e sua crítica na segunda edição não fazem qualquer menção à distinção entre dois sentidos de externo. É bem verdade que a formulação do quarto paralogismo na primeira edição é bastante diferente da dos três primeiros paralogismos e da sua nova versão na segunda edição, que parece até mesmo tratar de assunto um pouco distinto. Procurarei mostrar, contudo, por que a diferença é só no modo de exposição.<sup>16</sup>

---

15 Frederick Beiser, ao procurar reconstruir a crítica ao quarto paralogismo em termos da distinção entre dois sentidos de externo, faz a seguinte observação: "Kant's detailed account of the structure of the paralogisms at A 402–403 applies only with difficulty to the fourth paralogism. For example, Kant maintains that the major premise of a paralogism applies a category in a transcendental sense while the minor applies it in an empirical sense. But this does not apply to the fourth paralogism as expounded at A 366–367. Here the basic confusion concerns not the empirical and transcendental use of a category but the empirical and transcendental use of the concept of external objects or appearances. Still, apart from these technical details, Kant's general point that the paralogisms conflate the transcendental and empirical senses of a concept (taken in a wide sense) applies to the fourth paralogism" (Beiser, F. (2002), p. 63 e p. 611, n. 7). Procurarei explicar de que modo a estrutura geral dos paralogismos é pertinente também para o quarto.

16 Como observa Henry Allison, a segunda edição do quarto paralogismo reformula o silogismo em termos da relação entre mente e corpo ao invés de uma discussão sobre o ceticismo sobre o mundo externo (Allison, H. (2004), p. 286, n. 15). Procurarei indicar que compreendemos melhor o quarto paralogismo se percebermos que, na verdade, o que Kant sempre teve em mente na discussão do quarto paralogismo foi a relação entre mente e corpo, *não* o ceticismo sobre o mundo externo, além de perceber então que a diferença entre suas versões nas primeira e segunda edições é só "no modo de exposição" (BXXXVIII), não no tópico de discussão ou no essencial dos argumentos.

Por fim, embora eu não pretenda desenvolver esse ponto neste artigo, creio que ver na afirmação do caráter transcendentalmente interno dos objetos externos a base suficiente para uma refutação do idealismo leva a dificuldades de interpretação do idealismo kantiano. De um lado, isso leva alguns autores a concluir que a prova da certeza da existência de objetos externos depende da sua redução ontológica a algo como estados mentais, tornando difícil distinguir o idealismo kantiano (pelo menos tal como caracterizado segundo essa leitura da primeira edição) em relação ao que Kant chama nos *Prolegômenos* de um idealismo material como o de Berkeley.<sup>17</sup> Além disso, essa leitura torna a base da crítica kantiana ao idealismo problemático dependente da aceitação do idealismo transcendental. Como observa Pedro Rego, se a crítica kantiana ao quarto paralogismo depende de alegada equivocidade no termo “externo”, uma refutação do

---

17 Como sustenta, por exemplo, Paul Guyer: “he [Kant] also argued that objects with spatial form *had* to be reduced to what are ontologically merely states of the self, in order to render them safe from doubt” (Guyer, P. (1987) p. 281). Se bem compreendo, Longuenesse, B. (2008), Almeida, G. (2013), Rego, P. (2013) e Faggion, A. (2014) partilham com Guyer essa convicção de que o argumento da crítica ao quarto paralogismo, na edição A, teria essa implicação indesejável, ensejando então revisões kantianas na segunda edição. Também parece comum a esses autores o reconhecimento de que uma refutação do idealismo em sentido próprio teria de provar a existência de algo *transcendentalmente* externo ao sujeito (convicção também partilhada por Klotz, C. (2008)). Henry Allison parece sustentar, por um lado, que os argumentos kantianos na crítica ao quarto paralogismo jamais foram revistos, sendo a própria refutação do idealismo na segunda edição dependente do idealismo transcendental e de afirmações como as da crítica ao quarto paralogismo, sobre o caráter transcendentalmente interno dos objetos do sentido externo, mas, por outro lado, que considerações sobre a noção de sujeito e sobre o sentido interno teriam de ser acrescidas para termos propriamente uma refutação do idealismo. Não me é totalmente claro, contudo, se, ao afirmar que “Guyer is correct in pointing out that the outer objects we experience under the conditions imposed by our sensibility must be assumed to have an existence in themselves that is ontologically distinct from the self” (Allison, (2004), p. 302), Allison está ou não concedendo a necessidade, para uma refutação do idealismo, de uma prova da existência de algo transcendentalmente externo ao sujeito. Outros autores são explícitos sobre a impossibilidade de provar a existência de algo externo em sentido transcendental, mas reconhecem a necessidade de algum acréscimo ao argumento do quarto paralogismo, como, por exemplo, Edmunds D. (2010), que sustenta a necessidade do apelo a considerações das analogias para a prova da existência de algo empiricamente externo. A necessidade e a possibilidade da prova de algo transcendentalmente externo é também explicitamente recusada por Beiser, F. (2002) e por Caranti, L. (2007). Embora com algumas poucas diferenças de interpretação ou reconstrução de algumas passagens, partilho em linhas gerais a interpretação desses dois últimos, nos quais me apoio bastante. Procurei indicar, ao longo do texto, alguns dos pontos de divergência (outros dependeriam de uma discussão mais ampla sobre o idealismo transcendental e o realismo empírico, o que foge ao escopo deste artigo).

idealismo apoiada sobre a denúncia dessa equivocidade seria um argumento fraco pois, sem aceitar a distinção entre dois sentidos de externo, o silogismo em questão não é paralogismo: só é paralogismo se atribuímos a “fora de nós” a duplicidade dos sentidos kantianos.<sup>18</sup> Dado isso, ficaria difícil ver na crítica kantiana propriamente uma *refutação* da posição cartesiana, pois, como bem observa Guido de Almeida,<sup>19</sup> o ponto de partida de uma refutação deveria ser partilhado entre Kant e o idealista problemático.<sup>20</sup>

Minha sugestão, então, é dar um passo atrás e, antes de procurar na crítica ao quarto paralogismo uma prova da existência de objetos externos, examinar sua primeira versão no seu contexto dos Paralogismos. O que segue está dividido em quatro partes: sobre o propósito geral da seção dos Paralogismos e o tópico do quarto paralogismo em particular; sobre a estrutura geral dos paralogismos; sobre a estrutura do quarto paralogismo em particular e, por fim, sobre o papel, na crítica ao quarto paralogismo, da distinção entre dois sentidos de externo e das considerações kantianas sobre a dependência da imaginação em relação à percepção externa.

### PROPÓSITO DOS PARALOGISMOS E TÓPICO DO QUARTO PARALOGISMO

A seção “Dos paralogismos da razão pura” deve investigar o “fundamento, ou falta de fundamento” de “uma suposta ciência”: a doutrina racional da alma (A342/B399-400), doutrina que pretende conhecer a priori seu objeto – o “eu, enquanto pensante”. É fundamental observarmos o modo como Kant introduz o objeto dessa suposta ciência:

---

18 Cf. Rego (2013), p. 334.

19 Cf. Almeida (2013), p. 13, n. 2 e p. 15, n.4.

20 Henry Allison e Luigi Caranti, por outro lado, insistem que a Refutação do Idealismo na segunda edição depende do idealismo transcendental e de argumentos como os do Quarto Paralogismo (cf. Allison (2004), p. 300 e Caranti (2007), p. 151). E, em certo sentido, eles têm de estar corretos. Afinal, o idealismo transcendental é, segundo Kant, condição necessária para o realismo empírico e, portanto, não deve haver problema em uma prova da certeza da existência dos objetos externos depender, *em algum sentido*, do idealismo transcendental. No entanto, também é verdade que uma refutação deve partir de premissas comuns. A compatibilização dessas duas exigências dependeria de uma análise da seção Refutação do Idealismo, que não é meu propósito aqui. No caso do Quarto Paralogismo, procurarei indicar que a crítica kantiana, dado seu propósito específico, não depende *essencialmente* da distinção entre dois sentidos de externo. Cf. nota 39 abaixo.

ele [o conceito ou o juízo “eu penso” serve] para representar todo pensamento como pertencente à consciência. [...] ele serve [...] para diferenciar dois tipos de objetos a partir da natureza de nosso poder de representação. *Eu*, enquanto pensante, sou um objeto do sentido interno e me denomino alma. Aquilo que é um objeto dos sentidos externos se denomina corpo. (A342/B400)

Kant afirma também que alma é “um nome para o objeto transcendental do sentido interno” (A360-1): um nome para aquele “foco”, aquele  $x$  ao qual remetemos determinações do sentido interno. Desse modo, a diferenciação entre dois tipos de objetos (alma e corpo) é feita “a partir da natureza de nosso poder de representação”: alma é o nome do foco ao qual relacionamos o múltiplo das representações do sentido interno; corpo é o nome do foco ao qual relacionamos o múltiplo das representações do sentido externo. E tal diferenciação é tornada possível porque o juízo “Eu penso” por assim dizer “marca” a relação do pensamento com a consciência, (“visto servir apenas para apresentar todo pensamento como pertencente à consciência” (A342/B400): é interno e remetido a um  $x$  chamado alma o que tem uma certa relação com o “Eu penso”, por oposição ao que remetemos ao que denominamos corpos.

Contudo, embora alma seja o nome para o objeto das determinações do sentido interno, a pretensão da psicologia racional é conhecer tal objeto *não como objeto do sentido interno*, mas *exclusivamente* através da sua relação com o juízo “Eu penso”.<sup>21</sup> Com isso, temos a especificação do “único texto” da psicologia racional:

No fundamento da mesma [da doutrina transcendental da alma], no entanto, só podemos colocar a representação simples, e por si mesma inteiramente vazia de conteúdo, do *eu* [...]. Através desse eu, ou ele, ou isso (a coisa) que pensa, não se representa nada mais do que um sujeito transcendental do pensamento =  $x$ , que só é conhecido através dos pensamentos que são seus predicados [...]. (A345-6/B404)

21 A formulação desse ponto nesses termos depende, é claro, da inovadora distinção kantiana entre sentido interno e apercepção. No entanto, sem supor tal distinção kantiana, o racionalista poderia expressar o mesmo ponto dizendo que, do objeto do sentido interno, ele só considerará o que é conhecido a priori. (Para uma exposição da inovação kantiana sobre o sentido interno que é em larga medida suposta aqui, cf. Grandjean (2015).)

Se é em função da relação com o “Eu penso”<sup>22</sup> que chamamos algo de determinação do objeto do sentido interno, que remetemos algo ao que chamamos de alma, então nós necessariamente dispomos da representação de um  $x$  ao qual tudo que pode ser acompanhado pelo “Eu penso” está relacionado.<sup>23</sup> Temos, então, o seguinte:

Alma =  $x$  objeto transcendental das determinações do sentido interno

Eu, ou ele, ou isso (a coisa) que pensa =  $x$  sujeito transcendental do pensamento

Dado o papel da representação desse  $x$  sujeito do pensamento, ele é sempre representado por nós de certo modo: através dos predicados pensados no juízo “Eu penso” tomado problemáticamente. A pretensão da psicologia racional é então a de projetar esses predicados, derivados do modo como necessariamente nos representamos um  $x$  = sujeito do pensamento, no  $x$  = objeto transcendental em cujo conceito unificamos as determinações do sentido interno. Como explica Kant no comentário ao segundo paralogismo:

É evidente que, quando se quer representar um ser pensante, é preciso colocar-se a si mesmo em seu lugar e, portanto, subordinar seu próprio sujeito ao objeto que se está considerando.  
(A353)

Ora, essa projeção parece perfeitamente legítima. Afinal de contas, dada a relação entre o “Eu penso” e o que pode contar como minha representação, parece óbvio que, para tomar um  $x$  como o objeto das determinações do sentido interno (como algo que necessariamente pode ser acompanhado pelo “eu penso”), esse  $x$  tem de ser um ser pensante e ter, portanto, as propriedades que necessariamente nos representamos em qualquer  $x$  tomado problemáticamente como sujeito do pensamento. A projeção parece legítima, mas é o fundamento ou falta de fundamento dessa inferência que cabe, segundo, Kant, à filosofia transcendental investigar.

---

22 “O *eu penso* tem de poder acompanhar todas as minhas representações” (B131). Para os propósitos aqui, deixarei indeterminado em que exatamente consiste essa relação com o “Eu penso”.

23 Tomando uma formulação de Béatrice Longuenesse: “Given the role of the proposition “I think” in reflecting the act by which we bring about overall unity and consistency of our representations [...], there are ways in which we necessarily think of ourselves when we refer to ourselves by the subject-pronoun ‘I’ in “I think”” (Longuenesse, B. (2008) p. 21).

O quarto tópico a ser objeto dessa investigação crítica é “A alma está em relação com os *possíveis* objetos no espaço” (A344/B402). Essa “relação com os objetos no espaço [fornece] o *comércio* com os corpos” o que, por representar “a substância pensante como princípio de vida na matéria”, nos fornece o conceito de *animalidade*. Essa animalidade, por sua vez, quando “limitada pela espiritualidade, é a *imortalidade*” (A345/B403). Independente de justificarmos em mais detalhes os passos dessa derivação, a relação do quarto paralogismo com a questão sobre alma (ou mente) e corpo é aqui (já na edição A) bastante evidente: porque a alma está em relação com corpos meramente *possíveis*, ela poderia ser independente deles.

### ESTRUTURA GERAL DOS PARALOGISMOS

É fácil reconhecer a estrutura comum dos três primeiros paralogismos.<sup>24</sup> Consideremos o primeiro:

Aquilo cuja representação é o *sujeito absoluto* de nossos juízos e, portanto, não pode ser usada como determinação de outra coisa, é a *substância*.

Eu, como ser pensante, sou o *sujeito absoluto* de todos os meus juízos possíveis, e esta representação de mim mesmo não pode ser usada como predicado de alguma outra coisa.

Logo, eu, como ser pensante (alma), sou *substância*. (A348)

Temos, então, algo como o seguinte: Todo “sujeito absoluto” (aquilo cuja representação é sujeito absoluto em nossos juízos) é substância; eu, como ser pensante, sou “sujeito absoluto”; logo, eu, como ser pensante, ou alma, sou substância. Isto é:

1º Paralogismo: Pr. 1: Todo SA é S

Pr. 2: Eu, como ser pensante, sou SA

C: Eu, como ser pensante ou alma, sou S

<sup>24</sup> Não analisarei aqui em detalhe os três primeiros, utilizarei passagens de alguns deles conforme elas esclarecerem ou ilustrarem diferentes pontos. Para uma versão mais detalhada e com poucas diferenças em relação à reconstrução exposta aqui, cf. Allison (2004), pp. 334-351.

onde:

SA = aquilo cuja representação é o *sujeito absoluto* de nossos juízos e, portanto, não pode ser usada como determinação de outra coisa

S = substância

No segundo paralogismo, a maior é “Aquela coisa cuja ação não pode jamais ser considerada como a concorrência de muitas coisas atuantes é *simples*” (A351). No terceiro paralogismo, a maior é “Aquilo que é consciente da identidade numérica de si mesmo em diferentes tempos é, nessa medida, uma *pessoa*” (A361).

Temos, então, a seguinte estrutura geral:

Pr. 1: Todo ... é \_\_\_\_

Pr. 2: Eu, como ser pensante, sou ...

C: Eu, como ser pensante ou alma, sou \_\_\_\_

onde:

1º Paralogismo:

... = aquilo cuja representação é o *sujeito absoluto* de nossos juízos e, portanto, não pode ser usada como determinação de outra coisa

\_\_\_\_ = substância

2º Paralogismo:

... = aquela coisa cuja ação não pode jamais ser considerada como a concorrência de muitas coisas atuantes

\_\_\_\_ = simples

3º Paralogismo:

... = Aquilo que é consciente da identidade numérica de si mesmo em diferentes tempos

\_\_\_\_ = uma pessoa

Vejam agora qual é o termo equívoco que faz desses silogismos paralogismos.<sup>25</sup> Uma observação na versão da edição B dos Paralogismos explica que a equivocidade está no termo médio. A estrutura geral dos paralogismos é aí apresentada, tendo por base o primeiro paralogismo, nos seguintes termos:

Aquilo que só pode ser pensado como sujeito também existe apenas como sujeito e, portanto, é uma substância.

Ora, um ser pensante, considerado apenas enquanto tal, só pode ser pensado como sujeito.

Logo, ele também só existe enquanto tal, i.e., como substância. (B410-1)<sup>26</sup>

E Kant explica em seguida que a ambiguidade está na expressão “só pode ser pensado como ...”:

---

25 Se lembrarmos que a intenção da psicologia racional é projetar os predicados pensados no  $x$  = sujeito transcendental de pensamento no  $x$  = objeto transcendental das determinações do sentido interno, poderíamos ser tentados a dizer que a equivocidade está no termo “eu, como ser pensante”. No entanto, essa não é uma boa solução. Em primeiro lugar, se lembrarmos também que é precisamente a relação com o “Eu penso” que serve para distinguir dois tipos de objetos (alma como objeto das determinações do sentido interno e corpos), então o que é designado por, digamos, “eu como sujeito transcendental” e “eu como sujeito empírico (objeto das determinações do sentido interno)” tem de ser o mesmo. (Para uma discussão de problemas gerados por não identificar sujeito transcendental e sujeito empírico, cf. Ginsborg, H. (2013)). Há uma diferença *no modo de consideração* desse  $x$  nos dois casos que é, veremos em seguida, a relevante para a compreensão da crítica aos paralogismos, mas não é possível dizer simplesmente que a expressão “eu, como ser pensante” é equívoca: deve tratar-se, por assim dizer, do mesmo referente e devemos identificar o  $x$  = objeto das determinações do sentido interno e o  $x$  = sujeito transcendental do pensamento.

26 O que segue pretenderá evidenciar de que modo essa formulação da segunda edição da *Crítica* aplica-se perfeitamente à formulação kantiana também na primeira edição. (Como afirma Henry Allison, “the new version of the Paralogisms brings to the fore a concern with the mode of existence of the thinking subject that was largely implicit in the original version” (Allison (2004), p. 346)). O aspecto implícito que destaco aqui diz respeito à equivocidade do termo médio. Mas ele não é o único. Outra explicitação relevante na versão da segunda edição deixa mais claro de que modo mesmo a premissa menor tem por base exclusivamente o “Eu penso” tomado problemáticamente: ao invés da menor ser expressa como “Eu, como ser pensante *sou*” ou “a alma, ou o ser pensante, é”, Kant explicita que a menor trata também do modo como um ser enquanto pensante ou uma alma é ou pode ser *pensado* (cf. nota 9 acima).

Na premissa maior se fala de um ser que pode ser pensado em geral, em todos os sentidos, portanto também como pode ser dado na intuição. Na menor, porém, só se fala do mesmo ser na medida em que ele próprio se considera, como sujeito, apenas em relação ao pensamento e à unidade pela qual ele pode ser dado como objeto ao pensamento. (B411)

Kant diz ainda em uma nota<sup>27</sup> que a premissa maior diz respeito a um “objeto em geral” (*Objekt überhaupt*), ao passo que a menor trata não de coisas, mas do pensamento ou do pensar (*nicht von Dingen, sondern von Denken*) (cf. B411-412). Com isso em mente, examinemos o esquema dos paralogismos:

Maior: Aquilo que só pode ser pensado como ... só existe como \_\_\_\_

Menor: Um ser pensante, considerado apenas enquanto tal, só pode ser pensado como ...

C: Um ser pensante só existe como \_\_\_\_

Termo equívoco: “só pode ser pensando como ...”

Percebemos agora facilmente que, para fazer a inferência, temos de tomar como *valendo irrestrita ou absolutamente* o que, na premissa menor, é atribuído *sob certa condição restritiva* (um ser pensante, *considerado apenas enquanto tal*, só pode ser pensado como ...). Não há base para atribuir o predicado “só pode ser pensado como sujeito” (no caso do primeiro paralogismo) a um ser pensante *simpliciter*. Essa atribuição é, na premissa menor, condicionada a considerarmos um ser pensante *apenas* enquanto tal, *exclusivamente* no seu papel de permitir a mim mesmo pensar em mim mesmo como sujeito dos meus pensamentos.<sup>28</sup> Mas a premissa maior exige, como condição para a atribuição do predicado “substância” a algo, que esse algo só possa ser pensado como sujeito (absolutamente, não somente quando considerado de determinado modo). Ora, o esforço kantiano, na crítica de cada um dos paralogismos, é justamente o de mostrar que é falso que necessariamente devemos pensar o substrato último de pensamento sob a condição da maior. A título de exemplo, consideremos uma passagem do Segundo Paralogismo:

---

27 Ausente na tradução brasileira aqui utilizada.

28 E percebemos agora a relevância do modo de consideração “x = sujeito transcendental de pensamento” (cf. nota 25 acima).

A proposição “um pensamento só pode ser o efeito da unidade absoluta do ser pensante” não pode ser tratada como analítica. Pois a unidade do pensamento que se constitui de muitas representações é coletiva e pode, segundo os meros conceitos, referir-se tanto à unidade coletiva das substâncias aí coatuantes (como o movimento de um corpo é o movimento composto de todas as suas partes) como à unidade absoluta do sujeito. (A353)

Partindo da analogia kantiana com o movimento de um corpo, consideremos uma peça de teatro ou uma dança. Há propriedades que só podem ser atribuídas à peça ou à dança como uma unidade, propriedades que não podem ser predicadas dos atores ou dançarinos. Mas daí não se segue que a peça ou a dança sejam substratos últimos. Do mesmo modo, a necessária simplicidade da *representação* do “Eu” na proposição “Eu penso”, necessária para que esse “Eu” possa ser *representado* como sujeito do pensamento, não permite concluir pela simplicidade do substrato do pensamento. Tal inferência envolveria passar de propriedades do *pensar* ou do pensamento para propriedades de uma *coisa* pensante. Ainda nos termos do Segundo Paralogismo:

a simplicidade *da representação* de um sujeito, contudo, não é por isso um conhecimento da simplicidade do *próprio* sujeito. (A355, ênfase minha)

Em termos da crítica kantiana ao primeiro paralogismo, o problema é que o racionalista “faz passar o sujeito *lógico* constante do pensamento por conhecimento de um sujeito *real* de inerência” (A350, ênfase minha) e, com isso, “designa uma substância apenas na *ideia*, não *na realidade*” (A351, ênfase minha). Reconhecemos aqui o que Kant diz ser o característico de toda ilusão: “Toda ilusão pode ser atribuída à circunstância de que a condição *subjetiva* é tomada pelo conhecimento do *objeto*” (A396).<sup>29</sup>

Por fim, resta explicar o que enseja essa confusão. Segundo Kant, ela se deve ao fato da premissa maior fazer um suposto uso meramente transcendental da categoria, ao passo que a menor e a conclusão, um uso empírico (A402). Kant exemplifica essa confusão do seguinte modo:

29 Como observa Luigi Caranti: “the thesis of the epistemic superiority of inner over outer knowledge - the crucial premise of Descartes’s scepticism - rests largely on the mistake that infects rational psychology, namely, it misinterprets a subjective condition of thought as a characteristic of an object (the subject, understood as a particular determinate entity) (Caranti (2007), p. 80). Veremos ao tratar do quarto paralogismo de que modo esse diagnóstico se aplica nesse caso particular.

Assim, por exemplo, o conceito de substância é um conceito puramente intelectual no paralogismo da simplicidade e, sem as condições da intuição sensível, tem um uso meramente transcendental, i.e., não tem uso nenhum. Na premissa menor, porém, esse mesmo conceito é aplicado ao objeto de toda experiência interna sem que a condição de sua aplicação *in concreto* [...] seja previamente estabelecida, com o que se faz um uso empírico, que é aqui inadequado. (A403, tradução ligeiramente alterada<sup>30</sup>)

Consideremos novamente o segundo paralogismo:

Maior: Aquela coisa cuja ação não pode jamais ser considerada como a concorrência de muitas coisas atuantes é simples.

Menor: Um ser pensante é uma coisa cuja ação não pode jamais ser considerada como a concorrência de muitas coisas atuantes.

Conclusão: Um ser pensante é simples.

A premissa maior afirma, corretamente, que “aquela coisa cuja ação não pode jamais ser considerada como a concorrência de muitas coisas atuantes é simples”. A menor agora subsume um caso particular, a alma como objeto em cujo conceito unificamos as representações empíricas do sentido interno, sob a condição da maior, sem previamente examinar adequadamente se as condições para tal subsunção estão satisfeitas, apoiando-se exclusivamente *no modo como necessariamente representamos o ato de pensar*.

Na explicação oferecida ao final da seção dos Paralogismos, Kant procura mostrar de que modo a confusão dos paralogismos é engendrada quando o racionalista pensa a totalidade da síntese das condições de um pensamento em geral (cf. A397). Levado pela típica ilusão transcendental, o racionalista utiliza o conceito puramente intelectual de substância utilizado para nos representarmos “um ser pensante enquanto tal” (conceito que não especifica as condições sensíveis para sua aplicação) e o aplica a um objeto concreto (a alma como objeto transcendental das determinações do sentido interno). Ao fazer isso, o racionalista toma por real o que só vale “na ideia”, toma por objetivo o que seja talvez só uma condição subjetiva (ainda que necessária para nos representarmos como sujeito do pensamento).

---

30 A tradução aqui utilizada traz “tem um uso meramente transcendental, i.e., não tem uso *empírico*”, ao invés de “uso nenhum” (*keinem Gebrauch*).

Em resumo, temos, a seguinte estrutura e diagnóstico:

Maior: Aquilo que só pode ser pensado como ... só existe como \_\_\_\_

Menor: Um ser pensante, considerado apenas enquanto tal, só pode ser pensado como ...

C: Um ser pensante só existe como \_\_\_\_

Termo equívoco: “só pode ser pensado como ...”, que pode ser:

(i) absolutamente ou (ii) considerando um ser pensante apenas enquanto tal

e

(i') considerando as condições para o conhecimento de um objeto ou (ii') considerando meras condições subjetivas

Base da confusão: não examinar as condições para usar “\_\_\_\_” (predicado da maior) ou não examinar o que garante que algo possa ser subsumido sob “só pode ser pensado como ...” (condição da maior)<sup>31</sup>

### ESTRUTURA DO QUARTO PARALOGISMO:

À primeira vista, o quarto paralogismo tem uma estrutura totalmente diferente, sequer mencionando o termo “alma” ou “Eu, como ser pensante”:

Aquilo cuja existência só se pode inferir como uma causa para dadas percepções tem apenas uma *existência duvidosa*.

Agora, todos os fenômenos externos são de tal tipo que sua existência não pode ser percebida imediatamente, mas apenas inferida como a causa de dadas percepções.

Logo, a existência de todos os objetos dos sentidos externos é duvidosa. A esta incerteza denomino a idealidade dos fenômenos externos, e a doutrina dessa idealidade se denomina

---

31 Destaco que, nessa construção, não se trata de dizer simplesmente que a equivocidade está em dois sentidos, puro e empírico, da categoria. O termo médio equívoco é “aquilo que só pode ser pensado como ...” (que, na menor, é, na verdade, “aquilo que, considerando um ser pensante exclusivamente como tal, só pode ser pensado como...”). Ocorre que o racionalista é levado a usar esse termo equivocadamente por ignorar as condições para aplicação de um conceito. Sobre a relevância desse ponto para o diagnóstico do quarto paralogismo, cf. nota 38 abaixo.

*idealismo*, em comparação com o qual a afirmação de uma possível certeza dos objetos dos sentidos externos é denominada *dualismo*. (A366-367)

Podemos representar a estrutura desse argumento do seguinte modo: “Toda existência inferida é duvidosa; todo objeto externo tem existência meramente inferida; logo, todos objetos externos têm existência duvidosa”:<sup>32</sup>

Maior: Toda EI é ED

Menor: Todo OE é EI

C.: Todo OE é ED

onde EI = existência inferida, ED = existência duvidosa, OE = objeto ou fenômeno externo

Ora, (i) a uma existência meramente inferida, Kant opõe o que é imediatamente percebido; (ii) o oposto de existência dubitável é existência indubitável e (iii) o oposto de “externo” é “interno”, onde “interno”, aqui, são “as determinações do eu como ser pensante”, por oposição ao que é distinto dele:

EI (existência inferida)  $\Leftrightarrow$  não imediatamente percebido (não-IP)

ED (existência duvidosa)  $\Leftrightarrow$  não existência indubitável (não-EID)

OE (externo)  $\Leftrightarrow$  não determinação do eu (não-DE)

Com isso, por substituição de equivalentes, temos que a estrutura acima é equivalente à seguinte:

Maior: Todo não-IP é não-EID

---

32 Na verdade, creio que, dependendo como for lido, há uma diferença relevante entre minha formulação “todo objeto externo tem existência duvidosa” e “a existência de todos os objetos dos sentidos externos é duvidosa”, mas, para efeitos de representação da estrutura do argumento, tratarei a expressão “todo o objeto externo tem existência duvidosa” como uma afirmação sobre a totalidade de tais objetos, segundo a qual é dubitável que sequer um exista.

Menor: Todo não-DE é não-IP

C.: Todo não-DE é não-EID

Por contrapositivas, temos que a última estrutura é equivalentemente à seguinte:

Maior: Todo EID é IP

Menor: Todo IP é DE

C.: Todo EID é DE

Isto é, chegamos a algo como “Toda existência indubitável é a imediatamente percebida; tudo imediatamente percebido é determinação do eu; logo, toda existência indubitável é a do eu e suas determinações”. Com isso, percebemos que o silogismo apresentado por Kant no Quarto Paralogismo da edição A é equivalente ao seguinte:

Maior: A única existência indubitável é a do que é imediatamente percebido.

Menor: As determinações do eu, como ser pensante, são as únicas coisas imediatamente percebidas.

C: A única existência indubitável é a do eu como ser pensante com suas determinações.

Percebida essa equivalência, vemos claramente a conexão com o tópico do quarto paralogismo: “A alma está em relação com objetos *possíveis* no espaço” (A344/B402), tese da qual poderíamos derivar a independência da alma em relação aos corpos.<sup>33</sup>

E, percebida essa equivalência, percebemos também a relação com um silogismo que tem a mesma estrutura dos demais paralogismos:

Maior: Aquilo que só pode ser pensado como a única coisa imediatamente percebida é a única existência indubitavelmente certa.

Menor: Um ser pensante, considerado apenas enquanto tal, só pode ser pensado como a única coisa imediatamente percebida.

C: Um ser pensante só existe como a única existência indubitavelmente certa.

Além disso, uma vez evidenciada a relação entre a formulação do quarto paralogismo e a dos três primeiros, podemos aplicar, a esse silogismo, o mesmo diagnóstico pertinente aos três primeiros:

Termo equívoco: “só pode ser pensado como ...”, que pode ser:

(i) absolutamente ou (ii) considerando um ser pensante apenas enquanto tal

e

(i') considerando as condições para o conhecimento de um objeto ou (ii') considerando meras condições subjetivas

A premissa maior é, concede Kant, verdadeira, uma vez que “a inferência de uma determinada causa a partir de um dado efeito é sempre incerta, já que o efeito pode ter surgido de mais de uma causa” (A368).<sup>34</sup> E há um sentido no qual a premissa menor também é verdadeira:

Nós podemos afirmar, com razão, que apenas aquilo que está em nós mesmos pode ser percebido imediatamente, e que somente a própria existência pode ser objeto de uma mera percepção. Portanto, a existência de um objeto real fora de mim (tomada esta palavra em sentido intelectual) nunca é dada diretamente na percepção, só podendo ser introduzida pelo pensamento e, portanto, inferida nesta, que é uma modificação do sentido interno, como sua causa externa. Por isso também Descartes, com razão, limitava toda percepção, no sentido mais estrito, à proposição “eu (como um ser pensante) sou”. É evidente, com efeito, que, se o externo não está em mim, eu não posso encontrá-lo em minha apercepção, nem tampouco na percepção, a qual, na verdade, é tão somente a determinação da apercepção.” (A367-8)

---

34 Isso não significa, obviamente, que não haja um modo legítimo de fazer inferências do efeito para a causa, como quando, por exemplo, inferimos a existência de uma força magnética como causa do movimento de um corpo (cf. A 226/B 273). A inferência é aqui legítima porque temos leis empíricas que fundamentam a determinação da causa. Analisar mais detalhadamente quais as consequências do reconhecimento da possibilidade de algum tipo de inferência do efeito para a causa e sua relação com a certeza da existência de coisas no espaço não é meu objetivo aqui.

Em qual sentido a premissa menor é verdadeira? Dada a distinção introduzida por Kant entre dois sentidos de externo e sua insistência na percepção imediata dos objetos no espaço, é natural dizer simplesmente que a menor é verdadeira somente se atribuirmos à expressão “externo” o sentido transcendental, mas falsa se tomarmos “externo” em sentido empírico (impressão reforçada pela qualificação da expressão “fora de mim”, na citação acima, como “tomada esta palavra em sentido intelectual”). Embora isso seja parte do que está em questão aqui (Kant insistirá que os objetos empiricamente externos são imediatamente percebidos), creio que não é adequado simplesmente dizer que a equivocidade em questão é entre dois sentidos de externo (embora isso esteja envolvido no que leva à confusão do quarto paralogismo).

Devemos observar que a passagem sugere conceder a Descartes a primazia, em algum sentido, da percepção interna (que Kant parece chamar aqui de percepção em sentido mais estrito), uma primazia do acesso às determinações do *sentido interno* - portanto, um privilégio do acesso ao *empiricamente* interno.<sup>35</sup> A premissa menor é, então, verdadeira no que diz respeito ao empiricamente externo? Creio que sim, mas somente no sentido no qual todas as menores são verdadeiras: somente se consideramos um ser pensante exclusivamente enquanto tal, somente se nos ativermos a condições subjetivas cuja validade objetiva não sabemos; por isso, a menor acaba sendo verdadeira somente *na ideia*. Disso não podemos concluir que um ser pensante só pode ser pensado como a única coisa imediatamente percebida em sentido absoluto (o que seria requerido para que a inferência não fosse um paralogismo).

Para mostrar que a inferência é ilegítima, basta Kant mostrar, como no caso dos demais paralogismos, que há algum sentido no qual podemos conceber a imediatidade do acesso ao que é externo. Embora seja inegável que há um privilégio de nosso acesso às determinações do sentido interno,<sup>36</sup> isso não elimina a possibilidade de falarmos em um acesso imediato

35 As expressões kantianas são “modificação do sentido interno”, “determinação da apercepção”, “percepção interna”, “objeto do sentido interno” (cf. A367-8).

36 Como observam Luigi Caranti e Frederick Beiser: “In criticizing the cogito, Kant never meant to refute Descartes’s point that inner experience is immune to the kinds of delusion to which outer experience is vulnerable” (Caranti, L. (2007), p. 86) e “He [Kant] is willing to accept the first premise of the syllogism. He admits that inferences to the causes of our perceptions are uncertain, in both the empirical and the transcendental sense. In the empirical sense the cause of a given perception would be nothing more than other perceptions acting according to natural laws; and since any effect can have more than one cause, there is no guarantee that

também aos objetos externos. Deixarei de lado a questão sobre de que modo e em que sentido preciso é possível, segundo Kant, graças ao idealismo transcendental, compatibilizar a tese da necessidade de inferência para determinar a causa de minhas sensações (cf. A374-6) e a imediatidade da percepção externa (cf. A375)<sup>37</sup>. O que importa, para a crítica ao quarto paralogismo, é que haja *algum* sentido no qual possamos falar em percepção imediata dos objetos do sentido externo. Basta isso para sabermos que a premissa menor, ainda que haja um sentido no qual é verdadeira, não o é no sentido da maior, isto é, absolutamente. Claro, a conceitabilidade desse sentido no qual podemos dizer ter percepção imediata de objetos fora de nós é dependente do idealismo transcendental, mas basta, para a crítica ao quarto paralogismo, essa *possibilidade* da percepção imediata.

É justamente essa possibilidade que, alega Kant, não está disponível ao racionalista. Consideremos a qualificação (mencionada antes) da expressão “fora de mim” como “tomada esta palavra em sentido intelectual” (cf. (A367-8)). Pode parecer natural identificar “sentido intelectual” com “sentido transcendental” e dizer, portanto, que Kant só está concedendo ao racionalista a verdade da menor caso tome externo em sentido transcendental. No entanto, em primeiro lugar, sentido intelectual não é equivalente a sentido transcendental; o que Kant diz um pouco diferente: que um sentido intelectual só teria *uso* transcendental, que não é uso algum (cf. A403). E não é uso algum pois esse sentido intelectual não especifica suas condições de aplicação. Mesmo reconhecendo que, para Kant, podemos falar em um acesso imediato aos objetos externos, procurei indicar que é possível fazer justiça ao texto (onde Kant insiste sobre o acesso privilegiado às determinações do *sentido* interno) reconhecendo que há um sentido na qual a menor é verdadeira mesmo para o *empiricamente* externo: o sentido condicionado no qual todas as premissas menores dos paralogismos são verdadeiras – considerado um ser pensante exclusivamente enquanto tal, só podemos conceder o acesso imediato às suas próprias determinações.<sup>38</sup>

---

we make certain inferences about the causes of given perceptions. It is indeed precisely this that explains the possibility of illusion, Kant notes (A 376)” (Beiser (2002), p. 64).

37 Para discussões desse ponto nas quais estou me apoiando aqui, cf. Beiser (2002), pp. 64ss e Caranti (2004), pp. 86ss.

38 Donde a importância de distinguir, como fiz acima, entre a confusão sobre o uso empírico e transcendental, na base da confusão do paralogismo, da equivocidade do termo médio. Cf. nota 31 acima.

É verdade que, para Kant, a possibilidade de falar de acesso imediato a algo externo depende da distinção entre dois sentidos de externo. No entanto, qual é o ponto importante da introdução da distinção? O ponto importante não é denunciar que, na premissa maior, compreendemos externo em sentido transcendental e, na menor, em sentido empírico. O que temos é um termo com significado puramente intelectual (que, como tal, só teria uso transcendental - que não é uso nenhum (cf. 403)) e uma suposta *aplicação* desse mesmo conceito na menor (uso que, uma vez que não foram asseguradas as condições para aplicação em concreto do significado intelectual em questão, é inadequado (cf. A403)). Assim, o central não é o racionalista ter ignorado dois sentidos de externo, empírico e transcendental. O problema é ele não ter examinado as condições de aplicação do conceito “externo”.<sup>39</sup>

O papel introdução da distinção entre dois sentidos de externo, assim, não é dizer que a menor só é verdadeira se tomarmos “externo” em sentido transcendental. O papel da introdução da distinção é mostrar que é possível falar em “externo” ao sujeito sem eliminar a possibilidade de acesso imediato a esse externo pelo sujeito de pensamento. Ou seja, o ponto é mostrar que não podemos afirmar a menor *em sentido absoluto*. No entanto, se considerarmos o ser pensante exclusivamente enquanto tal, então a menor é verdadeira para o externo em sentido *empírico*. Mas essa verdade é dependente do modo de consideração particular do sujeito de pensamento exclusivamente enquanto tal. Ou seja, o termo equívoco aqui é, como nos demais paralogismos “só pode ser pensado como ...” (no caso, como “só pode ser pensado como a única coisa imediatamente percebida”), que pode ser compreendido absolutamente ou como “só pode ser pensado como a única coisa imediatamente percebida *quando se considera um ser pensante exclusivamente enquanto tal*”.

---

39 Por essa razão, creio que o sentido no qual devemos dizer que a crítica aos paralogismos depende do idealismo transcendental (como insiste Henry Allison) é bastante fraco. Segundo Allison, tal dependência aparece pois, por um lado, o diagnóstico kantiano da confusão entre conceito intelectual e sensível depende da distinção sensibilidade-entendimento (cf. Allison, H. (2002), p. 336). Além disso, sustenta ele, “transcendental idealism does not have the conceptual tools for drawing the *kind* of subjective-objective distinction required to avoid being deceived by the illusion”, pelo menos não “within the domain of the rationally necessary” (Allison, H. (2002), p. 340). Quanto aos dois pontos, creio que a crítica kantiana não depende exatamente do *idealismo transcendental*, mas sim da questão que leva a ele: como assegurar que condições subjetivas têm validade objetiva? Isto é, bastaria que o racionalista aceitasse como pertinente a pergunta “Como garantir a relação de nossos conceitos com objetos?” para perceber a dificuldade apontada na crítica aos paralogismos.

Como já vimos ao tratar dos três primeiros paralogismos, isso fica explícito na caracterização kantiana do erro comum aos paralogismos na segunda edição, mas procurei mostrar que aquela explicação é adequada também para a primeira edição. Em A403, Kant explica o erro dos paralogismos em função de a razão representar certos conceitos (de subsistência, realidade, unidade e existência) como “condições de possibilidade de um ser pensante que é ele próprio incondicionado” (A403). Ao considerarmos, no caso do quarto paralogismo, a unidade incondicionada condição de todo pensamento, a “alma conhece em si mesma”, diz Kant “a unidade incondicionada da *existência* no espaço, i.e., não como a consciência de muitas coisas fora de si, mas *apenas da existência de si mesma* e das outras coisas apenas como suas representações” (A404). No entanto, essa consideração de si mesmo como unidade incondicionada e a consequente inacessibilidade ao que não é mera representação é, como no caso dos demais paralogismos, apenas um modo de consideração, e suas conclusões só valem, portanto, na ideia, não na realidade.

Com isso, temos que “só pode ser pensado como a única coisa imediatamente percebida” é compreendido, na premissa maior, (i) em sentido absoluto e, na menor, (ii) somente sob a condição de considerarmos o ser pensante apenas enquanto tal.

Maior: Aquilo que só pode ser pensado como a única coisa imediatamente percebida é a única existência indubitavelmente certa.

Menor: Um ser pensante, considerado apenas enquanto tal, só pode ser pensado como a única coisa imediatamente percebida.

C: Um ser pensante só existe como a única existência indubitavelmente certa.

Termo equívoco: “só pode ser pensado como a única coisa imediatamente percebida”, que pode ser:

(i) absolutamente ou (ii) considerado meramente como tal (ser pensante)

e

(i') considerando as condições para o conhecimento de um objeto ou (ii') considerando meras condições subjetivas

Do mesmo modo, se considerarmos (i') as condições para cognição ou conhecimento de um objeto, a maior é verdadeira. Mas a menor só é verdadeira considerando condições talvez meramente subjetivas (as condições unicamente sob as quais posso me representar como sujeito de meus pensamentos).

Por fim, na base da confusão racionalista, temos o mesmo problema dos casos anteriores:

Base da confusão: não examinar as condições para usar“ \_\_\_\_” (predicado da maior) ou não examinar o que garante que algo possa ser subsumido sob“só pode ser pensado como ...” (condição da maior)

A confusão está em tentar aplicar a um objeto um conceito baseado exclusivamente no seu significado intelectual. Aqui, a dificuldade consiste em como aplicar a um caso concreto o conceito“única existência indubitável”: como é possível determinar que um objeto empírico (a alma ou o objeto transcendental das determinações do sentido interno) está sob a condição da maior (“a única coisa que pode ser pensada como imediatamente percebida”)? O racionalista ignora essa dificuldade e aplica o predicado da maior baseado simplesmente no modo como o ato de pensamento é concebido (como distinto de tudo que não é determinação sua). O racionalista conclui daí pelo caráter absolutamente mediato do acesso ao externo, em uma passagem estritamente paralela a dos demais paralogismos:

Maior: Aquilo que só pode ser pensado como ... é \_\_\_\_

Menor: Um ser pensante, considerado apenas enquanto tal, só pode ser pensado como ...

C: Um ser pensante só existe como \_\_\_\_

**4º Paralogismo:** ... = a única coisa imediatamente percebida

\_\_\_\_ = a única existência indubitavelmente certa

**1º Paralogismo:** ... = aquilo cuja representação é o *sujeito absoluto* de nossos juízos e, portanto, não pode ser usada como determinação de outra coisa

\_\_\_\_ = substância

**2º Paralogismo:** ... = aquela coisa cuja ação não pode jamais ser considerada como a concorrência de muitas coisas atuantes

\_\_\_ = simples

**3º Paralogismo:** ... = aquilo que é consciente da identidade numérica de si mesmo em diferentes tempos

\_\_\_ = uma pessoa

Qual o papel, então, da introdução da distinção entre dois sentidos de externos? É permitir mostrar que a concepção segundo a qual a única existência imediatamente percebida é a do objeto do sentido interno não é absoluta. Se é assim, o central é mostrar que podemos falar em acesso imediato a algo ser externo, em algum sentido, a nós.

Por fim, com isso podemos também perceber por que não é irrazoável Kant dizer que a reformulação da *segunda* edição do Quarto Paralogismo difere da versão *A somente* no modo de exposição. Basta termos em mente as *Meditações* de Descartes para percebermos a relação entre o silogismo acima e a formulação kantiana do quarto paralogismo. Com efeito, da concepção clara e distinta da existência do ser pensante ao mesmo tempo em que se podia negar a existência de qualquer coisa extensa, Descartes pretendia, graças à garantia divina da clareza e distinção como critério de verdade, derivar a independência da alma em relação à extensão.<sup>40</sup>

Consideremos a relação entre os dois silogismos abaixo:

Maior: Aquilo que só pode ser pensado como a única coisa imediatamente percebida é a única existência indubitavelmente certa.

Menor: Um ser pensante, considerado apenas enquanto tal, só pode ser pensado como a única coisa imediatamente percebida.

C: Um ser pensante só existe como a única existência indubitavelmente certa.

e

---

40 Cf. Allison (2004), p. 349.

Maior: Aquilo que só pode ser pensado como com existência indubitável (independente da certeza da existência do que lhe é externo) tem existência independente do externo.

Menor: Um ser pensante, considerado apenas enquanto tal, só pode ser pensado como a única existência indubitável (independente da certeza da existência do externo).

C: Um ser pensante existe como independente do externo.

Percebido que o primeiro silogismo é equivalente ao quarto paralogismo apresentado por Kant na primeira edição e percebida a relação entre os dois silogismos acima, podemos compreender por que Kant, na segunda edição, formula o quarto paralogismo do seguinte modo:

4) Eu distingo minha própria existência como ser pensante das outras coisas fora de mim (às quais também meu corpo pertence): isto é também uma proposição analítica; pois as *outras* coisas são aquelas que penso como *diferentes* de mim. Agora, se esta consciência de mim mesmo é possível sem coisas fora de mim, através das quais me são dadas representações, e se, portanto, eu poderia existir apenas como ser pensante (sem ser um ser humano), isto é algo de que nada sei por meio dessa proposição. (B409)

Creio que essa formulação da segunda edição simplesmente captura de modo mais claro o que Kant sempre teve por propósito ao tratar do quarto paralogismo. Por outro lado, não é difícil explicar a escolha de formulação kantiana na primeira edição. Afinal, em última análise, a tentativa de inferência racionalista para concluir pela independência da existência do ser pensante em relação ao que é distinto dele era uma suposta diferença no grau de certeza da existência dos objetos do sentido interno e os do sentido externo. Se é assim, então é perfeitamente adequado denunciar a falácia considerando o silogismo na formulação da primeira edição:

Maior: Toda existência inferida é dubitável.

Menor: Todo objeto externo tem existência inferida.

C.: Todo objeto externo é dubitável.

É fundamental observar, contudo, que, *mesmo nessa formulação*, se levarmos em conta o propósito da crítica de Kant aos paralogismos em geral, podemos perceber que seu objetivo é sempre tão somente recusar a passagem de condições subjetivas para uma suposta cognição ou

conhecimento. Para tanto, Kant tem de barrar a atribuição de “existência meramente inferida” aos objetos externos baseada no sentido intelectual de “externo”. Esse sentido está, por sua vez, baseado na concepção característica da ilusão transcendental da psicologia racional do sujeito de pensamento como totalidade absoluta incondicionada das condições para o pensamento em geral. Ou seja, Kant tem de barrar a atribuição de “existência meramente inferida” aos objetos do sentido externo baseada na necessária distinção que traçamos entre nós mesmos e nossas determinações, de um lado, e aquilo do qual nos distinguimos, de outro.

Todavia, podemos observar que ele *não* precisa refutar o idealismo para tanto, basta mostrar que o idealismo não se segue da distinção que traçamos entre nossas determinações e objetos externos. Kant quer aqui simplesmente defender o dualismo, mas vale observar como Kant o caracteriza: “A afirmação de uma *possível* certeza dos objetos dos sentidos externos é denominada dualismo” (A367, ênfase alterada). Para isso, tudo que ele precisa fazer é mostrar que a verdade da maior e a distinção entre objetos externos e eu mesmo e minhas determinações como sujeito pensante (expressa pela menor) não implicam a *impossibilidade* da certeza dos objetos do sentido externo.<sup>41</sup>

Além disso, por fim, é importante observar também que a crítica ao quarto paralogismo não *depende* essencialmente da introdução da distinção entre dois sentidos de externo. Tudo que importa é mostrar a *conceptibilidade* da dependência das representações do sentido interno em relação às do sentido externo inobstante o modo de consideração particular do ser pensante exclusivamente enquanto ser pensante. O mesmo ponto pode ser feito se aceitarmos que a imaginação é *incapaz* de produzir as representações do sentido externo sem percepção externa.

Passemos então, por fim, a considerar mais de perto o texto da crítica ao quarto paralogismo, com a introdução da distinção entre dois sentidos de externo e a afirmação da imediatidade da percepção externa.

---

41 Como formula Louis Agosta Jr.: “In the Fourth A Paralogism Kant succeeds in showing that material things may possibly exist; but he does not show that they actually exist” (Agosta (1981), p. 391).

**TRANSCENDENTALMENTE EXTERNO, EMPIRICAMENTE EXTERNO, IMEDIATIDADE DA PERCEPÇÃO EXTERNA**

Procurei indicar que, para criticar o quarto paralogismo em paralelo com os demais, a famosa distinção kantiana entre dois sentidos de externo (entre transcendentalmente externo – “algo que se distingue de nós *como coisa em si mesma*” (A373) – e empiricamente externo – “coisas *que se encontram no espaço*” (A373)) não é estritamente necessária. Para bloquear a passagem de minha concepção de mim mesmo como distinto do externo para a afirmação do caráter absolutamente mediato do acesso ao externo, Kant não precisa provar a existência de algo externo (nem em sentido empírico, nem em sentido transcendental). Dado o propósito específico da crítica ao quarto paralogismo, para mostrar que a conclusão desejada pelo paralogista não se segue, importa tão somente que é possível conceber um acesso imediato ao externo ou a dependência de certas representações em relação à percepção externa. Vejamos como esses dois pontos aparecem no texto kantiano.

Consideremos em primeiro lugar de que modo Kant introduz a distinção entre dois sentidos de externo:

*Antes*, porém, de apresentar nosso paralogismo<sup>42</sup> em sua aparência enganosa, tenho de observar que é necessário distinguir dois tipos de idealismo, o transcendental e o empírico. (A369, ênfase minha)

Kant diz que antes de (isto é, *antes de*, não necessariamente *para*) apresentar o paralogismo em sua aparência enganosa, ele precisa distinguir entre idealismo transcendental e idealismo empírico e que, *em razão da possível confusão* entre eles, devemos ter sempre em mente dois sentidos de externo (A373). Ora, a distinção entre dois sentidos de um termo costuma servir para barrar a passagem da verdade de uma afirmação em um dos sentidos para a verdade da afirmação correspondente no outro sentido; e é de fato com esse propósito que Kant chama atenção para a distinção entre dois sentidos de externo. Mas a passagem subreptícia a ser evitada por esse esclarecimento não é a passagem característica dos paralogismos. Minha sugestão é que o propósito da distinção é duplo. De um lado, trata-se de prevenir a passagem do idealismo

42 Tradução levemente modificada (na tradução utilizada aqui, temos “nossos paralogismos”).

transcendental para o idealismo empírico e deixar claro que seu idealismo transcendental torna conceptível e envolve a imediatidade do acesso ao empiricamente externo. Para tanto, Kant tem de distinguir entre dois sentidos da premissa menor:

i) a existência do transcendentalmente externo é meramente inferida

e

ii) a existência do empiricamente externo é meramente inferida

Para Kant, há um sentido no qual a primeira versão da menor é verdadeira e, *nesse sentido* (absoluto), a segunda versão da menor acima é falsa. Kant sustenta também que a verdade da primeira (o idealismo transcendental) é condição necessária para não sermos forçados a tomar a segunda como verdadeira em sentido absoluto e, com isso, podermos recusar a conclusão do racionalista. No entanto, daí não se segue que Kant esteja necessariamente apresentando a verdade da primeira como o fundamento ou condição suficiente para negar a segunda. E ele não precisa fazê-lo. Precisa, contudo, deixar claro qual sentido de externo está em questão aqui e esclarecer que seu idealismo transcendental não impede o realismo empírico. Creio, por isso, que as passagens entre a citação de A369 que introduz a distinção entre dois sentidos de idealismo (“Antes, porém, de apresentar nosso paralogismo em sua aparência enganosa”) até A373 (onde Kant especifica o sentido de externo em questão no paralogismo) têm por propósito sobretudo elucidar o sentido do idealismo transcendental por oposição ao idealismo que está em questão no quarto paralogismo. A conclusão dessa discussão, como preparação e não como condição suficiente para “apresentar nosso paralogismo em sua aparência enganosa”, encerra explicitando o sentido de externo em questão:

Uma vez, porém, que a expressão “fora de nós” traz consigo uma inegável ambiguidade, ora significando algo que se distingue de nós como coisa em si mesma, ora algo que pertence apenas ao fenômeno externo, distinguiremos então, para colocar em segurança esse conceito em sua última acepção – *na qual é tomada, de fato, a questão psicológica acerca da realidade de nossa intuição externa* –, entre os objetos empiricamente externos, que denominaremos diretamente coisas que se encontram no espaço, e aqueles que poderiam ser denominados externos em sentido transcendental. (A373, ênfase alterada)

Uma vez estabelecido o sentido relevante de externo aqui, Kant passa a defender a possibilidade, no contexto do idealismo transcendental, da realidade da percepção externa:

O espaço e o tempo são, de fato, representações a priori que residem em nós, como formas de nossa intuição sensível, antes mesmo que um objeto real tenha determinado nosso sentido por meio da sensação. Mas este material ou real, este algo que deve ser intuído no espaço, pressupõe necessariamente a percepção e não pode ser inventado ou produzido pela imaginação. (A373)

Esse é o início de um longo parágrafo, e o parágrafo subsequente já inicia com uma conclusão:

Toda percepção externa, portanto, prova imediatamente algo real no espaço, ou é antes ela própria o real, e o realismo empírico, nessa medida, está fora de dúvida, i.e., algo real corresponde às nossas intuições externas no espaço. (A375)

Após essa conclusão, Kant simplesmente reitera a impertinência de exigir uma prova de algo externo em sentido transcendental e passa depois a explicar como podemos determinar que temos, de fato, uma percepção externa, de modo a explicar a possibilidade de alucinações. Se é assim, então deveríamos ter uma prova da existência de algo externo entre as duas últimas passagens citadas.

No entanto, como já observado, o que encontramos não parece um argumento adequado. Após lembrar que espaço e tempo são representações a priori utilizadas para representar um objeto dado por meio da sensação, Kant afirma: “Mas este material ou real, este algo que deve ser intuído no espaço, pressupõe necessariamente a percepção e não pode ser inventado ou produzido pela imaginação independentemente dela” (A372). Em seguida, explica que, uma vez dada essa sensação, é possível inventar objetos pela imaginação, mas que o conteúdo para o pensamento de objetos tem de ser primeiramente dado pela percepção e que, portanto, esta percepção (no caso das intuições externas) pressupõe algo real no espaço. Em seguida, segue o que parece se apresentar como uma justificativa para essa afirmação:

Pois, em primeiro lugar, a percepção é a representação de uma realidade, do mesmo modo como o espaço é a representação de uma mera possibilidade da coexistência. Em segundo lugar, essa realidade é representada pelo sentido externo, i.e., no espaço. Em terceiro lugar, o próprio espaço não é outra coisa senão uma mera representação. Só pode valer nele como real, portanto, aquilo que é nele representado; e, inversamente, aquilo que é nele dado, i.e., representado por meio da percepção, também é nele real; *pois se não o fosse, i.e., se não fosse dado imediatamente por meio da intuição empírica, também não poderia ser inventado, pois não se pode conceber a priori, de modo algum, o real das intuições.* (A374-5, ênfase minha)

O que me importa destacar<sup>43</sup> na passagem é que Kant aqui parece oferecer, como pelo menos parte do que justifica sua afirmação de que o que é representado pela percepção espacial é real, a afirmação de que tal real não poderia ser inventado, se não fosse imediatamente dado na intuição empírica. E essa afirmação, por sua vez, é justificada pela afirmação de que não é possível conceber a priori o real das intuições. Para essa última afirmação, contudo, não encontramos justificativa.

Não é sem razão, então, que autores costumam manifestar sua insatisfação com essa passagem.<sup>44</sup> No entanto, essa insatisfação só é justificada se quisermos encontrar, na crítica ao quarto paralogismo, uma base suficiente para refutar o idealismo. Se, ao contrário, tivermos em mente que o propósito de Kant aqui era somente recusar um certo alegado fundamento para o idealismo problemático, não há razão para insatisfação. Claro, parece evidente que, no momento da redação da primeira edição, Kant julgava isso suficiente para uma refutação do idealismo. Também parece inegável dizer que algum tipo de consideração futura ensejou as alterações posteriores no tratamento kantiano da questão do idealismo problemático. Quais são essas questões e qual a natureza das alterações (em particular, se elas são complemento, explicitação, revisão ou só diferença de exposição) não cabe analisar aqui. Meu propósito é somente ressaltar que, para os propósitos da crítica ao quarto paralogismo, a adoção sem justificativa satisfatória

---

43 Deixando de lado muito que caberia em outro momento dizer sobre a primeira parte da passagem e suas consequências para o que poderia ser um realismo empírico em Kant.

44 O que, como já vimos, leva autores a ver aqui um mau argumento (cf. p.e., Rego (2015). Mesmo autores que defendem o argumento da crítica ao quarto paralogismo (como Allison (2002), Beiser (2004) e Caranti (2007)) reconhecem a limitação aqui. Não há consenso, contudo, quanto a exatamente que complementação tornaria o argumento adequado, nem se ela só é introduzida por Kant em revisões posteriores ou está implícita aqui.

da tese segundo a qual “mesmo a invenção e o sonho, sem a percepção, não sejam possíveis; e que nossos sentidos externos, segundo os *datis* de que pode surgir a experiência, tenham seu objeto real correspondente no espaço” (A376-7) não compromete o argumento como crítica ao quarto paralogismo. A mera possibilidade ou conceitabilidade da dependência da imaginação em relação à percepção externa atesta a *possibilidade* de sustentarmos a dependência das ficções em relação à percepção de objetos externos.

E, além disso, Kant obviamente também não precisa provar a certeza da existência de algo externo em sentido transcendental. Ele pode, como de fato o faz, dizer que nada podemos saber quanto a isso:

O objeto transcendental é igualmente desconhecido seja em relação à intuição interna, seja em relação à externa. (A372)

Em resumo, para os propósitos da crítica ao quarto paralogismo, Kant não precisa provar a existência do que é externo ao sujeito pensante, nem sentido transcendental, nem em sentido empírico. Ele pode recusar a pertinência da questão sobre a existência de algo transcendentalmente externo e, quanto à existência do empiricamente externo, simplesmente observar que sua dubitabilidade não se segue do modo como nos concebemos como seres pensantes. Qual é o fundamento para negar o caráter meramente inferido em sentido absoluto da existência do que é empiricamente externo? Para os propósitos da crítica ao quarto paralogismo, a resposta a essa pergunta não é estritamente essencial.<sup>45</sup> A mera possibilidade de concebermos nossas determinações do sentido interno como dependentes das do sentido externo prova que não podemos, a partir da distinção entre nós mesmos e nossos estados, de um lado, e objetos no espaço, de outro, inferir a independência da minha existência como ser pensante em relação à existência de qualquer coisa externa a mim.<sup>46</sup>

45 O que, creio, justifica a ausência, na versão da segunda edição, tanto de considerações sobre a imediatidade da percepção externa conforme o idealismo transcendental quanto de considerações sobre a dependência da imaginação em relação à percepção externa.

46 Assim, ao contrário do que sugere Andrea Faggion, creio que a noção de “Eu” como essencialmente um “ser no mundo” já estava presente e suposta na primeira versão do quarto paralogismo (cf. Faggion, A. (2015), p. 62 e 81). A segunda edição explicitará e buscará justificar a tese da dependência do sentido interno em relação

Contudo, embora a questão não importasse para os propósitos da crítica ao quarto paralogismo, ela passou a ser importante. Pelo menos parte das razões pelas quais passou a ser importante parece estar ligada ao fato de que leitores como Feder e Garve<sup>47</sup> viram, na afirmação do caráter transcendentalmente interno dos fenômenos externos, o fundamento kantiano para a certeza quanto à existência do fenômeno externo, o que, por sua vez, de fato tornaria difícil distinguir o idealismo kantiano do que Kant chama de idealismo material, distinto de seu idealismo formal. Não foi meu propósito aqui discutir se e de que modo as considerações kantianas na primeira edição são ou não compatíveis com algum realismo nem determinar se e em que medida os textos posteriores de Kant reveem ou complementam sua posição na primeira edição. Meu propósito limitado foi o de evidenciar o propósito limitado da crítica kantiana ao quarto paralogismo já na primeira edição e, com isso, tornar plausível três conclusões. Em primeiro lugar, dado o propósito específico da crítica ao racionalismo, não há nenhum problema argumentativo em Kant simplesmente supor que nossas ficções dependem de algo externo. Em segundo lugar, o caráter transcendentalmente interno dos objetos externos não é introduzido por Kant como o fundamento para uma refutação de um idealismo empírico (ainda que seja sempre condição necessária para a possibilidade do realismo empírico). Por fim, a distinção entre dois sentidos de externo sequer é estritamente necessária para o propósito de denunciar o caráter paralogístico do silogismo da psicologia racional, uma vez que tal distinção não é necessária para denunciar a ilusão racionalista de tomar condições subjetivas por objetivas. Seu papel é o de distinguir entre sentidos diferentes da premissa menor, mas a confusão entre esses dois sentidos não é a confusão racionalista. Analisar se e de que modo o realismo empírico é compatível com a verdade da premissa maior e com os diferentes sentidos nos quais a menor é verdadeira ou falsa é outra história.

---

ao externo, mas creio que ela já estava suposta aqui (donde a surpresa de Kant ao ver-se identificado com o que ele chama de idealismo material (cf. *Prol* 4 289). Não creio, contudo, que essa concepção do “Eu” como “ser no mundo” implique a necessidade ou possibilidade de uma prova da existência de algo transcendentalmente externo ao sujeito (nem na primeira edição da *Crítica* nem em qualquer texto kantiano posterior). Essa é uma discussão que foge do escopo deste artigo, mas creio o sentido no qual o “Eu” é um “ser no mundo” foi e continuou sendo sempre para Kant o de um ser entre objetos fenomenicamente externos. Sobre essa compreensão da expressão “ser no mundo”, cf. Grandjean, A. (2015).

47 Autores de uma resenha a quem Kant procura responder nos *Prolegômenos*.

RESUMO

*O objetivo deste artigo é, considerar o quarto paralogismo e a crítica kantiana a ele na versão da primeira edição da Crítica da razão pura, destacando o contexto do quarto paralogismo, a saber, o propósito e a estrutura dos paralogismos em geral. Procurarei mostrar que, ao contrário do que parece à primeira vista, o quarto paralogismo na sua primeira edição partilha da mesma estrutura dos demais e é equivalente à sua formulação na segunda edição da Crítica da razão pura. Procurarei também mostrar que, ao levarmos em conta esse propósito e estrutura geral dos paralogismos partilhada pelo quarto paralogismo, podemos perceber que a crítica ao quarto paralogismo na primeira edição não é propriamente uma tentativa de prova da existência de objetos externos com base no caráter transcendentemente interno dos objetos do sentido externo.*

**Palavras chave** *idealismo transcendental, idealismo problemático, idealismo material, realismo empírico, paralogismos*

ABSTRACT

*The aim of this paper is to examine Kant's criticism of the forth paralogism in the first edition of the Critique of pure reason, trying to highlight its context, i.e., the purpose and structure of the paralogisms in general. I intent to show that, contrary to what may seem on the face of it, the forth paralogism in the A edition shares the same structure of the first three and is equivalent to its new version on the B edition. I will also indicate that, taking into account these shared purpose and structure, we can see that Kant's criticism to the forth paralogism in the A edition is not exactly and attempt to prove the existence of outer objects based on his statement that empirically outer objects are transcendentally inner.*

**Key words** *transcendental idealism, problematic idealism, material idealism, empirical idealism, paralogisms*

## Referências

- AGOSTA Jr, L. (1981). "Kant's problem of the existence of the external world: historical, systematic, critical". In: *Akten des Fünften Internationalen Kant-Kongresses*. Mainz, 1981, I.1., hg. V. G. Funke, Bonn, pp. 387-393.
- ALLISON, H. (2004). *Kant's transcendental idealism: an interpretation and defense (revised and enlarged edition)*. Yale University Press, New Haven/London.
- ALMEIDA, G. A. de. (2013). "Refutação do idealism II". *Analytica*. Vol. 17, No. 2. Rio de Janeiro, pp. 13-50.
- BEISER, F. C. (2002). *German Idealism: the struggle against subjectivism – 1781-1801*. Harvard University Press.
- CARANTI, L. (2007). *Kant and the scandal of philosophy: the Kantian critique of Cartesian skepticism*. Toronto University Press, Toronto/Bufo/London.
- EDMUNDS, D. (2010). "The refutation of idealism and the distinction between phenomena and noumena". In: Guyer, Paul (ed.). *The Cambridge companion to Kant's Critique of pure reason*. Cambridge University Press.
- FAGGION, A. (2014). "Kant's "Self" as a being in the world". *Analytica*, Vol. 18, N. 2. Rio de Janeiro, pp. 65-83.
- GINSBORG, H. (2013). "The appearance of spontaneity: Kant on judgment and empirical self-knowledge." In Dina Emunds (ed.). *Self, World, and Aesthetics. Metaphysical Topics in Kant and Hegel* (Berlin/New York, Walter De Gruyter, 2013), pp. 119-144.
- GRANDJEAN, A. (2015). Uma interioridade do mundo: sobre o sentido interno como « apercepção cosmológica". In: *Analytica*, Vol. 19 N. 1. Rio de Janeiro, pp. 69-91.
- GUYER, P. (1987). *Kant and the claims of knowledge*. Cambridge University Press. New York/New Rochelle/Melbourne/Sydney.
- KANT, I. (2012). *Crítica da razão pura*. Trad.: Fernando Costa Mattos. Ed. Vozes.
- KLOTZ, C. (2008). "As concepções kantianas do ceticismo acerca do mundo externo nas duas edições da Crítica da razão pura". *Studia Kantiana*, Vol. 6, N. 7. Rio de Janeiro, pp. 121-134.
- LONGUENESSE, B. (2008). "Kant's "I think" versus Descartes "I am a thing that thinks"". In: Longuenesse, B. & Garber, D. (eds.). *Kant and the ealy moderns*. Princeton, Princeton University Press.
- REGO, P. (2013). "Fenomenismo, realismo e as coisas 'fora de nós'. Kant contra o idealista material". *Analytica (UFRJ)*, V. 17, No. 2, pp. 96-118.